

AULA 1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

1.1. INTRODUÇÃO

Amigos, aparentemente está chegando a hora. Tudo leva a crer que o concurso para a Receita Federal está saindo. Então, vamos reforçar o estudo. Todos sabemos que a Contabilidade tem um peso grande na prova. Normalmente estamos falando de 20 questões de peso 2. São 40 pontos. O objetivo deste curso é o de tentar passar para vocês o que tem sido cobrado nas provas elaboradas pela Esaf.

Bons estudos a todos e espero poder ajuda-los.

1.2. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

Este primeiro tópico, considero como um dos mais “chatos” da matéria. É muito teórico, demandando muita leitura para sua absorção. Portanto, um pouco de paciência será muito importante para a continuidade do estudo. Força galera.

Quando iniciamos o estudo de qualquer matéria, devemos identificar quais são as regras que regem esta disciplina, ou seja, quais são os princípios aplicáveis no seu estudo. Na contabilidade não poderia ser diferente. Neste primeiro capítulo abordaremos as regras básicas aplicáveis a Contabilidade e apresentaremos questões de provas elaboradas pela Esaf, instituição responsável pela realização dos concursos para provimento de cargos na Secretaria da Receita Federal do Brasil (antiga Secretaria da Receita Federal). A respeito dos Princípios Fundamentais de Contabilidade elaboro um breve resumo do que dispõe o item 1.3 do Anexo da Resolução nº 774 de 16.12.1994, do Conselho Federal de Contabilidade, que, aliás, foi emitido com o intuito de melhor explicar a Resolução nº 750/93.

“Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes. Nas ciências sociais, os princípios se colocam como axiomas, premissas universais e verdadeiras, assim admitidas sem necessidade de demonstração, ultrapassando pois a condição de simples conceitos. O atributo da universalidade permite concluir que os princípios não exigiriam adjetivação, pois sempre, por definição, se referem à Ciência da Contabilidade no seu todo. Dessa forma, o qualificativo "fundamentais" visa, tão-somente, a enfatizar sua magna condição. Os princípios simplesmente são e, portanto, preexistem às normas, fundamentando e justificando a ação, enquanto aquelas a dirigem na prática. No caso

CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS PROF. ANTÔNIO CÉSAR

brasileiro, os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas, que estabelecerá regras sobre a apreensão, o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio, buscando descobrir suas causas, de forma a possibilitar a feitura de prospecções sobre a Entidade e não podem sofrer qualquer restrição na sua observância. E evidente que, em muitos aspectos, não há como se falar em unanimidade de entendimento, mas até em desacordo sobre muitos temas teórico-doutrinários. Temos uma única ciência, mas diversas doutrinas. Entretanto, cumpre ressaltar que tal situação também ocorre nas demais ciências sociais e, muitas vezes, até mesmo nas ciências ditas exatas. Em termos de conteúdo, os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do Patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido."

1.2.1. RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93

Em 29 de dezembro de 1993 o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução nº 750 que trata dos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Abaixo a transcrição de seus artigos, comentados, e com questões de provas anteriores da Esaf.

1.2.1.1. CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA

Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

Comentário: Sobre este artigo, interessante o § 2º, que determina que a essência deve prevalecer sobre os aspectos formais quando da aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a situações concretas. Muito comum os alunos questionarem sobre exemplos práticos aplicáveis a este parágrafo. Pois bem, uma situação que ocorre no dia a dia das empresas é a necessidade de aquisição de ativos (máquinas e equipamentos, por exemplo) para utilização nas suas atividades. Esses bens podem ser adquiridos à vista, a prazo, parte à vista e parte a prazo. Um dos modelos de financiamento existentes no mercado é o chamado Arrendamento Mercantil, que pode ser operacional ou financeiro. No Brasil o modelo mais comum é o financeiro. Nesta hipótese, uma instituição financeira adquire o ativo da empresa vendadora e, ato contínuo elabora um contrato de Arrendamento (também chamado de “Leasing”) com a empresa que tem interesse na sua aquisição para utilização nas suas atividades. Repare que nesta operação o ativo pertence (é de propriedade) da instituição financeira, também chamada de Arrendadora, enquanto que a posse é da empresa Arrendatária, que para tal paga um “aluguel” a Arrendadora. Este contrato de arrendamento é por prazo certo e ao final do contrato a Arrendatária tem a opção de comprar o ativo Arrendado por um preço previamente estipulado (Valor Residual de Aquisição). A Arrendatária tem a opção de comprar, mas não a obrigação. Se não

CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR

exercer este direito o ativo é devolvido para a empresa Arrendadora. Desta forma, a essência deste contrato é igual a sua forma, ou seja, um contrato de “aluguel”, tecnicamente chamado de Arrendamento. A contabilização desta operação na empresa Arrendatária é realizada como despesa de arrendamento, a medida da fluência do contrato. Acontece que muitas instituições financeiras oferecem um contrato de arrendamento em que, junto com as parcelas do contrato a empresa Arrendatária começa a pagar parcelas do Valor Residual de Aquisição, que só seriam devidas quando do final do contrato. Se a Arrendatária aceitar estas condições estará optando, neste momento, pela aquisição do ativo arrendado. Neste caso, a essência da operação é diferente da forma escolhida para sua efetivação. A forma é de um contrato de arrendamento enquanto que a essência é de uma compra e venda a prazo, cujo período de pagamento é o estabelecido no contrato. Repare que a empresa dita “Arrendatária” já optou pela aquisição do ativo ao começar a pagar o Valor Residual de Aquisição. A contabilização deverá ser feita, então, como compra e venda, e não como Arrendamento.

1.2.1.2. CAPÍTULO II - DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO.

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.

Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade: I - o da ENTIDADE; II - o da CONTINUIDADE; III - o da OPORTUNIDADE; IV - o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL; V - o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; VI - o da COMPETÊNCIA; e VII - o da PRUDÊNCIA.

Comentário: Pessoal, muito comum em provas de contabilidade, perguntas a respeito de quais são os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Ou seja, questões teóricas consideradas simples, que não podemos errar. Portanto, basta uma leitura cuidadosa para a sua solução.

1.2.1.3. O PRINCÍPIO DA ENTIDADE.

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Parágrafo único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Comentário: Este princípio, quando questionado em prova, é cobrado de forma literal, ou seja, basta saber que o Patrimônio de uma Entidade (para fins de nossos estudos, pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos) não se confunde com o Patrimônio de seus sócios, sejam eles pessoas jurídicas ou pessoas físicas. Repare a questão abaixo cobrada no concurso para Analista de Mercado de Capitais da CVM.

01- (Analista Mercado Capitais CVM 2000) - O procedimento de segregar o patrimônio da empresa avaliada do patrimônio de seus sócios está fundamentado no conceito da:

- a) entidade
- b) identidade
- c) prudência
- d) materialidade
- e) relatividade

Gabarito - A

02- (AFRE MG/ESAF 2005) Assinale a opção que contém afirmativa correta sobre princípios fundamentais de contabilidade.

- a) Quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis, o princípio da competência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido.
- b) Diante de alternativas igualmente válidas, o princípio da competência impõe a adoção do menor valor para o ativo e do maior valor para o passivo.
- c) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, segundo afirma o princípio da prudência.
- d) O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas correlatas é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração, mas não atende ao princípio da continuidade.
- e) O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial diferenciando o patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.

Comentário: As letras “a” e “b” são conceitos do Princípio da Prudência, enquanto a letra “c” conceito do Princípio da Competência. Já a letra “d” está errada em seu final. Dê uma olha na art. 5º, § 2º, abaixo.

Desta forma, a letra “e” é a resposta (literalidade).

Gabarito - E

1.2.1.4.O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.

CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS PROF. ANTÔNIO CÉSAR

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Comentário: A melhor forma para o correto entendimento deste princípio é através de um exemplo prático. Imagine uma empresa constituída com prazo determinado de existência, por exemplo, de 04 (quatro) anos. A empresa foi constituída com a finalidade específica de realizar determinada prestação de serviço conforme concessão do poder público dentro do período de existência da empresa. Antes de iniciar suas atividades, efetuou gastos de propaganda no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Esta propaganda, realizada na fase pré-operacional, tinha como finalidade divulgar sua marca para o público para que este pudesse adquirir seus serviços quando do início das atividades da empresa. Conforme determina a Lei nº 6.404/76, artigo 179, V, as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para o resultado de mais de um exercício social deverão ser classificadas no Ativo Diferido, inclusive as pré-operacionais. Após o início de suas atividades, as Despesas Pré-Operacionais deverão ser amortizadas no prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme determinado pelo artigo 183 da Lei nº 6.404/76. Já para a Legislação Tributária do Imposto de Renda o prazo mínimo para a amortização dessas despesas é de 05 (cinco) anos. Claro que os legisladores, ao elaborar estas leis, pensaram na situação mais comum (regra geral), ou seja, que as empresas não tenham prazo determinado de vigência (existência). Logo, como poderíamos aplicar uma regra geral no caso de ocorrência de uma exceção? Como amortizar uma despesa em 05 (cinco) anos (mínimo estabelecido na legislação tributária) se a empresa só existirá por 04 (quatro) anos neste nosso exemplo? Daí a aplicação do Princípio da Continuidade. Se a empresa não existirá por mais de quatro anos, a avaliação dos ativos e passivos da empresa deverá levar em conta estes quatro anos e não cinco, seis, ou outro período qualquer. Desta forma, no nosso exemplo, o Ativo Diferido de R\$ 1.000.000,00 será amortizado no primeiro ano em R\$ 250.000,00 (um quarto) e não R\$ 200.000,00 (um quinto). Assim, após o término do primeiro exercício social o Ativo Diferido passa a ter o valor de R\$ 750.000,00 (R\$ 1.000.000,00 menos R\$ 250.000,00) e não R\$ 800.000,00 (R\$ 1.000.000,00 menos R\$ 200.000,00) que seria o valor se considerássemos cinco anos para a amortização da despesa pré-operacional.

É verdade que este Princípio não se aplica apenas nos casos de empresas com prazo determinado de vigência, mas é o exemplo de melhor visualização.

1.2.1.5.O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Parágrafo único. Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE: I - desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência; II - o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários; III - o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Comentário: De forma bastante simplista e prática, o Princípio da Oportunidade orienta o registro de todas as variações patrimoniais sofridas pelo Patrimônio de uma Entidade no momento em que elas ocorrerem, mesmo que exista alguma incerteza de sua confirmação no futuro. O Princípio da Oportunidade é, portanto, a base indispensável à fidedignidade das informações sobre o patrimônio da Entidade, relativas a um determinado período e com o emprego de quaisquer procedimentos técnicos. É o fundamento daquilo que muitos sistemas de normas denominam de "representação fiel" pela informação, ou seja, que esta espelhe com precisão e objetividade as transações e eventos a que concerne. O Princípio da Oportunidade deve ser observado, como já foi dito, sempre que haja variação patrimonial, cujas origens principais são, de forma geral, as seguintes: transações realizadas com outras Entidades, formalizadas mediante acordo de vontades, independentemente da forma ou da documentação de suporte, como compra ou venda de bens e serviços; eventos de origem externa, de ocorrência alheia à vontade da administração, mas com efeitos sobre o Patrimônio, como modificações nas taxas de câmbio, quebras de clientes, efeitos de catástrofes naturais etc.;

Apesar de um pouco complexo o seu entendimento, em questões de concursos, este princípio é cobrado de forma teórica. Abaixo questões sobre este princípio.

01 – (Concurso Analista IBGE) - De acordo com a Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade, o Princípio da Oportunidade refere-se:

- a) ao registro do patrimônio pelos valores originais ou corrigidos monetariamente;
- b) à adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo;
- c) à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e de suas mutações;
- d) ao reconhecimento dos valores resultantes da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- e) ao reconhecimento do Patrimônio como objeto da Contabilidade.

Gabarito – C

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

02 - (Analista Judiciário TRF CE) - "Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram". O enunciado refere-se ao Princípio Fundamental de Contabilidade da (do):

- a) Competência.
- b) Registro pelo valor original.
- c) Prudência.
- d) Continuidade.
- e) Oportunidade.

Gabarito – E

03 - (AFRF 2002/ESAF) Abaixo estão cinco assertivas relacionadas com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Assinale a opção que expressa uma afirmação verdadeira.

- a) A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão, mas não constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- b) O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, exceto no caso de sociedade ou instituição, cujo patrimônio pode confundir-se com o dos sócios ou proprietários.
- c) Da observância do Princípio da Oportunidade resulta que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado.
- d) A apropriação antecipada das prováveis perdas futuras, antes conhecida como Convenção do Conservadorismo, hoje é determinada pelo Princípio da Competência.
- e) A observância do Princípio da Continuidade não influencia a aplicação do Princípio da Competência, pois o valor econômico dos ativos e dos passivos já contabilizados não se altera em função do tempo.

Gabarito – C

1.2.1.6.O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Parágrafo único. Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I - a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

II - uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III - o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV - os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V - o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

Comentário: Este Princípio determina que o registro de um elemento patrimonial deve ser efetuado pelo valor original da transação, não importando que aquele ativo ou passivo tenha sofrido alteração após a negociação. Desta forma, se houve a aquisição de uma mercadoria para revenda por R\$ 1.500,00 e posteriormente houve um aumento desta mercadoria para R\$ 1.700,00, o registro deverá ser feito por R\$ 1.500,00. Analogamente, se a Entidade tomou um empréstimo de R\$ 10.000,00 com juros pré-fixados de 3% ao mês e posteriormente a taxa de juros do mercado foi modificada para 4% ao mês, o empréstimo deverá ser contabilizado por R\$ 10.000,00 com a incidência de juros de 3% e não de 4%, uma vez que o contrato foi firmado a taxa de 3%. Na aplicação deste princípio não importa se o preço resultou de livre negociação em condições de razoável igualdade entre as partes, ou de imposição de uma delas, em vista da sua posição de superioridade. Pressupõe-se que o valor de troca, aquele decorrente da transação, configure o valor econômico dos ativos no momento da sua ocorrência. Naturalmente, se, com o passar do tempo, houver a modificação do valor em causa, seja por que razão for, os ajustes serão realizados, mas em função do Princípio da Competência. Os ajustes somente serão para menos, em razão da essência do próprio Princípio. Já a expressão do valor dos componentes patrimoniais em moeda nacional decorre da necessidade de homogeneização quantitativa do registro do patrimônio e das suas mutações, a fim de se obter a necessária comparabilidade e se possibilitarem agrupamentos de valores. Ademais, este aspecto particular, no âmbito do Princípio do Registro pelo Valor Original, visa a afirmar a prevalência da moeda do País e, conseqüentemente, o registro somente nela. O corolário é o de que quaisquer transações em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no momento do seu registro. O problema, inclusive já questionado em concursos, conforme veremos abaixo, ocorre no caso de doações recebidas pela Entidade. Nestas situações também existe a transação com o mundo exterior e, mais ainda, com efeito quantitativo e qualitativo sobre o patrimônio. Como a doação resulta em inegável aumento do Patrimônio Líquido, cabe o registro pelo valor efetivo da coisa recebida, no momento do recebimento, segundo o valor de mercado. Mantém-se, no caso, intocado o princípio em exame, com a única diferença em relação às situações usuais: uma das partes envolvidas - caso daquela representativa do mundo externo - abre mão da contraprestação, que se transforma em aumento do Patrimônio Líquido da Entidade recebedora da doação.

01 - (Analista MPOG 2000) - Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, é correto afirmar que:

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

- a) havendo completa cessação das atividades da entidade, os valores diferidos não poderão mais ser convertidos em despesas.
- b) as variações patrimoniais não são reconhecidas quando não há certeza definitiva de sua ocorrência.
- c) no recebimento de doação pela entidade, o registro deve ser feito pelo valor de mercado.
- d) a utilização da moeda do País nos registros contábeis assegura a representação de unidade constante de poder aquisitivo.
- e) a apropriação de receitas e despesas é vinculada ao recebimento de numerário ou ao desembolso de caixa.

Gabarito – C

1.2.1.7.O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I - a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II - para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III - a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Comentário: Com relação a este Princípio, o principal comentário a ser feito diz respeito a revogação, por Lei (Lei nº 9.249/95), da Correção Monetária de Balanço. Este ato legal, de natureza tributária (Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), revogou a correção monetária para fins fiscais, mas também o fez para fins societários, revogando o artigo nº 185 da Lei nº 6.404/76. Em função destas alterações, dúvidas surgem a respeito da validade ou não deste princípio contábil atualmente. O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução nº 900/01, estabeleceu que a correção monetária só poderá ser reconhecida contabilmente quando a taxa de inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais. Apesar de, aparentemente, esta norma conflitar com a Lei nº 9.249/95, para fins de concursos, caso ocorra este tipo de pergunta, é prudente responder de acordo com a norma contábil. Vejam o exemplo abaixo:

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

01 - (Analista Judiciário TRF CE) - Entre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, a Res. CFC 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade relaciona o Princípio da Atualização Monetária. A aplicação deste princípio:

- a) é facultativa.
- b) representa nova avaliação, pois utiliza indexadores aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional.
- c) é compulsória quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.
- d) somente poderá ocorrer em demonstrações contábeis de natureza complementar às demonstrações de natureza corrente, derivadas da escrituração contábil regular.
- e) está suspensa até nova revisão dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Gabarito – C

1.2.1.8.O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I - nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II - quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III - pela geração natural de novos ativos independentemente de intervenção de terceiros;

IV - no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I - quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II - pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III - pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Comentários: Caros amigos, este Princípio, junto com o da Prudência, são os mais cobrados em prova. Portanto muito cuidado com ele. As variações patrimoniais podem ser divididas em duas grandes classes: a daquelas que somente modificam a qualidade ou a natureza dos componentes patrimoniais, sem repercutirem no montante do Patrimônio Líquido, e a das que o modificam. As primeiras são denominadas de "qualitativas", ou "permutativas", enquanto as segundas são chamadas de "quantitativas", ou "modificativas". Cumpre salientar que estas últimas sempre implicam a existência de alterações qualitativas no patrimônio, a fim de que permaneça inalterado o equilíbrio patrimonial. A Competência é o Princípio que estabelece quando um determinado componente deixa de integrar o patrimônio, para transformar-se em elemento modificador do Patrimônio Líquido. Da confrontação entre o valor final dos aumentos do Patrimônio Líquido - usualmente denominados "receitas" - e das suas diminuições - normalmente chamadas de "despesas" -, emerge o conceito de "resultado do período": positivo, se as receitas forem maiores do que as despesas; ou negativo, quando ocorrer o contrário. De forma resumida, este princípio estabelece em qual momento as Receitas e as Despesas devem ser reconhecidas na contabilidade, e conseqüentemente em qual momento irão alterar o lucro do exercício. Como assim? Se você, aluno, vai a uma loja de departamentos e compra uma televisão em 12 parcelas iguais e sucessivas, com a primeira vencendo em 30 dias da data da compra, em que data a loja vai reconhecer a sua receita? Na data da venda ou na data do recebimento? O Princípio da Competência vai determinar que seja na data da venda.

Desta forma costumo dizer aos alunos, fazendo uma analogia com o Direito Tributário, que as Receitas e as Despesas são reconhecidas quando da ocorrência do FATO GERADOR.

Entende-se como FATO GERADOR para fins contábeis o seguinte:

No caso das Receitas:

I – Quando a Entidade transferir a propriedade de bens ou direitos a terceiros ou quando prestar serviços a terceiros, independentemente do recebimento dos valores. Por exemplo, fomos a uma lanchonete e compramos um sanduíche. Neste momento a lanchonete transferiu a propriedade de um bem seu (sanduíche) a terceiros (nós). Deverá, então, reconhecer a receita, mesmo que não tenha recebido o valor correspondente a operação.

II - quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior. Um credor da empresa, por exemplo, perdoou uma dívida. O passivo desaparece sem que ocorra uma diminuição do ativo de valor igual ou maior, pois não houve o pagamento.

III - pela geração natural de novos ativos independentemente de intervenção de terceiros. Por exemplo, a empresa, e não seu sócio, ganhou no "jogo do bicho" (eh, eh, eh), ou seja, ela terá recebido dinheiro (um ativo) e a contrapartida é, então, uma receita.;

IV - no recebimento efetivo de doações e subvenções.

No caso das despesas:

CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS PROF. ANTÔNIO CÉSAR

I - quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro. Quando a empresa vende uma mercadoria reconhece a Receita pela transferência da propriedade a terceiros, conforme comentamos anteriormente. Ato contínuo o ativo desaparece do patrimônio da empresa, pois passa a pertencer a terceiros. A este desaparecimento do ativo chamamos de CMV (Custo da Mercadoria Vendida), que nada mais significa do que uma despesa.

II - pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo. Acontece, por exemplo, no caso das depreciações, entre tantos outros.

III - pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo. Quando um funcionário trabalha para a empresa, passa a ter o direito de receber seu salário. No final do mês este salário é mensurado (faltas, horas-extras, etc) e será pago até o quinto dia útil do mês subsequente. Apesar do pagamento se realizar apenas no mês seguinte, a empresa contabiliza a obrigação (salários a pagar) no final do mês. Desta forma surgiu um Passivo, sem um Ativo correspondente. A contrapartida será, então, uma despesa (despesa de salários ou apenas salários). Observa-se que o Princípio da Competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas geradas e das despesas incorridas no período.

1.2.1.8.1. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE AS DESPESAS

As despesas, na maioria das vezes, representam consumo de ativos, que tanto podem ter sido pagos em períodos passados, no próprio período, ou ainda virem a ser pagos no futuro. De outra parte, não é necessário que o desaparecimento do ativo seja integral, pois muitas vezes o consumo é somente parcial, como no caso das depreciações ou nas perdas de parte do valor de um componente patrimonial do ativo, por aplicação do Princípio da Prudência à prática, de que nenhum ativo pode permanecer avaliado por valor superior ao de sua recuperação por alienação ou utilização nas operações em caráter corrente.

Mas a despesa também pode decorrer do surgimento de uma exigibilidade sem a concomitante geração de um bem ou de um direito, como acontece, por exemplo, nos juros moratórios e nas multas de qualquer natureza. Entre as despesas do tipo em referência localizam-se também as que se contrapõem a determinada receita, como é o caso dos custos diretos com vendas, nos quais se incluem comissões, impostos e taxas e até royalties.

Nos casos de Entidades em períodos pré-operacionais, no seu todo ou em algum setor, os custos incorridos são ativados, para se transformarem posteriormente em despesas, quando da geração das receitas, mediante depreciação ou amortização. Tal circunstância está igualmente presente em projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos - muito freqüentes nas indústrias químicas e farmacêuticas, bem como naquelas que empregam alta tecnologia -quando a amortização dos custos ativados é feita segundo a vida mercadológica estimada dos produtos ligados às citadas pesquisas e projetos.

1.2.1.8.2. ALGUNS DETALHES SOBRE AS RECEITAS E SEU RECONHECIMENTO

A receita é considerada realizada no momento em que há a venda de bens e direitos da Entidade - entendida a palavra "bem" em sentido amplo, incluindo toda sorte de

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

mercadorias, produtos, serviços, inclusive equipamentos e imóveis -, com a transferência da sua propriedade para terceiros, efetuando estes o pagamento em dinheiro ou assumindo compromisso firme de fazê-lo num prazo qualquer. Normalmente, a transação é formalizada mediante a emissão de nota fiscal ou documento equivalente, em que consta a quantificação e a formalização do valor de venda, presumidamente o valor de mercado da coisa ou do serviço.

Embora esta seja a forma mais usual de geração de receita, também há uma segunda possibilidade, materializada na extinção parcial ou total de uma exigibilidade, como no caso do perdão de multa fiscal, da anistia total ou parcial de uma dívida, da eliminação de passivo pelo desaparecimento do credor, pelo ganho de causa em ação em que se discutia uma dívida ou o seu montante, já devidamente provisionado, ou outras circunstâncias semelhantes.

Finalmente, há ainda uma terceira possibilidade: a de geração de novos ativos sem a interveniência de terceiros, como ocorre corretamente no setor pecuário, quando do nascimento de novos animais.

Mas as diversas fontes de receitas citadas nos parágrafos anteriores representam a negativa do reconhecimento da formação destas por valorização dos ativos, porque, na sua essência, o conceito de receita está indissolúvelmente ligado à existência de transação com terceiros, exceção feita à situação das doações recebidas pela empresa e já comentada anteriormente. Ademais, aceitar-se, por exemplo, a valorização de estoques significaria o reconhecimento de aumento do Patrimônio Líquido, quando sequer há certeza de que a venda a realizar-se e, mais ainda, por valor consentâneo àquele da reavaliação, configurando-se manifesta afronta ao Princípio da Prudência.

01 - (Auditor Natal 2001) - A firma Previdente S/A, em 01/08/01, contratou um seguro anual para cobertura de incêndio, avaliado em R\$ 300.000,00, com vigência a partir da assinatura do contrato. O exercício social da Previdente é coincidente com o ano calendário. O prêmio cobrado pela seguradora é equivalente a 10% do valor da cobertura e foi pago em 31 de agosto de 2001. Em consonância com o princípio contábil da competência de exercícios, no balanço patrimonial de 31/12/01, a conta “Seguros a Vencer” constará com saldo atualizado de:

- a) R\$ 175.000,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 20.000,00
- d) R\$ 17.500,00
- e) R\$ 12.500,00

Resolução: A empresa contratou um seguro em 01.08.01. O ativo segurado vale R\$ 300.000,00, mas o prêmio equivale a 10%, ou seja, R\$ 30.000,00. Lembre, quando você contrata um seguro para seu carro, o valor que você paga se chama prêmio e não igual ao valor de seu carro. Equivale a um percentual dele.

O contrato tem vigência de 01.08.01 a 31.07.02. O seguro, conforme costume brincar nas aulas, é extremamente interessante. Quem contrata espera que aconteça o que? Nada. Ninguém quer ter seu ativo danificado, por perda, roubo, etc. Quem é contratado (seguradora) espera que aconteça o que? Nada. Se ocorrer o sinistro a seguradora tem que

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

pagar todo o valor do ativo e não apenas o prêmio. Desta forma, o que existe é um contrato de proteção, em que a seguradora fica a disposição do segurado para atendê-lo no caso de um sinistro. Assim, o serviço é prestado pela seguradora a medida que o tempo vai passando. Se o contrato é por um ano, a cada dia a seguradora presta 1/365 do serviço contratado. Na questão acima, o contrato tem vigência de 01.08.01 até 31.07.02. Sendo assim, em 31.12.01 a seguradora ainda tem a prestar um serviço de 07 meses (de 01.01.02 a 31.07.02). Portanto, a conta “Seguros a Vencer” tem que ter um valor correspondente a estes 07 meses, pois representa uma despesa que foi paga antecipadamente, por um serviço que ainda será prestado pela seguradora. Se o prêmio de seguros foi R\$ 30.000,00 por um ano de contrato, o valor mensal equivale a R\$ 2.500,00. Se ainda restam 07 meses de contrato em 31.12.01, a parcela da despesa antecipada (Seguros a Vencer) vale R\$ 17.500,00 (07 x R\$ 2.500,00). Os R\$ 12.500,00 são lançados como despesas com seguros, uma vez que os serviços da seguradora já foram prestados.

Gabarito - D

02 - (Analista Planejamento e Execução Financeira CVM 2000) - A Companhia de Reparos S.A. tem exercício social coincidente com o ano civil. Em dezembro de 2000 prestou serviços a uma indústria (conserto de máquinas), cobrando-lhe R\$ 10.000,00, dos quais recebeu, contra recibo, dez por cento. Em janeiro de 2001 faturou o restante, dividindo o pagamento em 18 parcelas mensais e sucessivas de igual valor, vencendo a primeira delas em 31.01.01. De acordo com a Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) a Companhia deve assim apropriar a receita:

- a) R\$ 10.000,00 em 2000
- b) R\$ 1.000,00 em 2000 e R\$ 9.000,00 em 2001
- c) R\$ 10.000,00 em 2001
- d) R\$ 1.000,00 em 2000; R\$ 6.000,00 em 2001 e R\$ 3.000,00 em 2002
- e) R\$ 7.000,00 em 2001 e R\$ 3.000,00 em 2002

Conforme comentado anteriormente, o Princípio da Competência dos Exercícios impõe o reconhecimento das Receitas à medida da ocorrência do Fato Gerador, que no caso dos serviços definimos como a sua prestação. Como o serviço foi prestado em dezembro de 2000, é neste momento que a Receita deve ser reconhecida, independentemente do recebimento ou da emissão do documento fiscal.

Gabarito – A

03 - (AFTE - RN - 2004/2005) - Os seguintes fenômenos ocorreram no mesmo período contábil.

- Surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo 100
- Surgimento de um passivo, pelo acréscimo de ativo 200
- Redução de um passivo, sem desaparecimento de ativo 300
- Redução do valor econômico de um ativo 400
- Acréscimo de ativo sem a intervenção de terceiros 500
- Recebimento efetivo de subvenções 600

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

- Pagamento de despesas antecipadas 700

Ao contabilizar os fatos citados, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, vamos encontrar um lucro de:

- a) R\$ 300,00, de acordo com o princípio da competência.
- b) R\$ 400,00, de acordo com o princípio do regime de caixa.
- c) R\$ 900,00, de acordo com o princípio da competência.
- d) R\$ 200,00, de acordo com o princípio da prudência.
- e) R\$ 200,00, de acordo com o princípio da competência.

Pelo Regime da Competência dos Exercícios, o reconhecimento das Receitas e Despesas deve ser feito da seguinte forma:

- 1) Surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo 100 – configura o reconhecimento de uma despesa no valor de \$ 100
 - 2) Surgimento de um passivo, pelo acréscimo de ativo 200 - Representa um fato permutativo, portanto sem modificar o resultado
 - 3) Redução de um passivo, sem desaparecimento de ativo 300 – Reconhecimento de uma Receita no valor de \$ 300
 - 4) Redução do valor econômico de um ativo 400 – Representa uma Despesa no valor de \$ 400
 - 5) Acréscimo de ativo sem a intervenção de terceiros 500 – Configura o reconhecimento de uma Receita no valor de \$ 500
 - 6) Recebimento efetivo de subvenções 600 – Receita no valor de \$ 600
 - 7) Pagamento de despesas antecipadas 700 – Fato meramente permutativo, ou seja, a despesa é antecipada, ainda não aconteceu o Fato Gerador da despesa.
- Total das Despesas - \$ 500 (itens 1 e 4)
 - Total das Receitas - \$ 1.400 (itens 3, 5 e 6)
 - Lucro de \$ 900 (\$ 1.400 - \$ 500)

Gabarito – C

Obs.: Não comentado anteriormente, porém muito solicitado em prova, é o Regime de Caixa, cuja técnica de reconhecimento das Receitas e Despesas está vinculado ao recebimento e ao pagamento respectivamente. Ou seja, as Receitas são reconhecidas somente quando ocorre o recebimento dos valores e as Despesas reconhecidas quando do pagamento dos valores.

04 - (Analista Judiciário TRF CE) - Determinada empresa pagou juros antecipados, cobrados pela instituição financeira na data da concessão do empréstimo bancário. O procedimento contábil de apropriar ao Resultado as despesas de juros por quotas mensais, de acordo com a duração do contrato, corresponde ao Princípio Fundamental de Contabilidade da:

- a) Oportunidade

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

- b) Uniformidade
- c) Prudência
- d) Realização da receita
- e) Competência.

Questão idêntica a de número 1. A única diferença se refere ao tipo de despesa. No primeiro exemplo o pagamento foi de seguros e neste de juros. Ou seja, o reconhecimento das despesas deve ser feito à medida da fluência dos prazos, Regime de Competência.

Gabarito – E

05- (AFRF 98/ESAF) - A empresa Jasmim S/A, cujo exercício social coincide com o ano-calendário, pagou, em 30/04/97, o prêmio correspondente a uma apólice de seguro contra incêndio de suas instalações para vigor no período de 01/05/97 a 30/04/98. O valor pago de R\$ 30.000,00 foi contabilizado como despesa operacional do exercício de 1997. Observando o princípio contábil da competência, o lançamento de ajuste, feito em 31.12.1997, provocou, no resultado do exercício de 1998, uma:

- a) redução de R\$ 10.000,00
- b) redução de R\$ 30.000,00
- c) redução de R\$ 20.000,00
- d) majoração de R\$ 20.000,00
- e) majoração de R\$ 10.000,00

Questão bastante interessante, para confundir o candidato, as famosas “pegadinhas”. O exemplo em si é igual a da questão número 1. A diferença está na forma como a empresa contabilizou os fatos. Ao invés de contabilizar, na hora da contratação, como despesa antecipada o valor do Prêmio de Seguros, houve a contabilização como despesa do exercício. Desta forma, equivocadamente, a empresa lançou todo o valor (R\$ 30.000,00) como despesa do exercício de 1997, não deixando qualquer valor para o ano de 1998, ou seja, ela contabilizou pelo regime de caixa. Ao efetuar as correções, foi necessário verificar qual valor não pertencia ao ano de 1997 e sim ao ano de 1998.

Como o valor mensal era de R\$ 2.500,00 (R\$ 30.000,00 em 12 meses), R\$ 10.000,00 pertencem a 1998. Portanto, é necessário corrigir estes R\$ 10.000,00 retirando-o de 1997 e lançando-o como despesa em 1998. Assim o lucro de 1997 aumenta em R\$ 10.000,00 (pelo desaparecimento de uma despesa lançada de forma incorreta) e o de 1998 diminui nos mesmo R\$ 10.000,00 (lembre que a forma de contabilização que a empresa escolheu inicialmente fez com que toda a despesa fosse registrada em 1997 e nada em 1998).

Gabarito – A

06 – (CVM/2001) - Na nossa Mini Microempresa, apuramos que o aluguel de R\$ 180,00, vencido em janeiro/00, fora pago em dezembro/99; que em dezembro/99 foram recebidos juros de R\$ 150,00, que só venciam em janeiro/00; que os salários de dezembro/99, no valor de R\$ 200,00, só foram pagos em janeiro/00; e que, também em dezembro/99, foram prestados serviços no valor de R\$ 310,00 para recebimento apenas no mês seguinte.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Estes fatos haviam sido contabilizados no exercício de 1999 segundo as regras do regime contábil de caixa. No entanto, a lei determina que, para fins de balanço, deve ser utilizado o regime contábil de competência, uma vez que se trata de um Princípio Fundamental de Contabilidade.

A modificação contábil do regime de caixa para o de competência, neste caso particular, vai provocar um dos seguintes efeitos na apuração final do resultado do exercício de 1999. Assinale a resposta certa.

- a) O crédito terá decréscimo de R\$ 30,00
- b) O crédito será um prejuízo de R\$ 30,00
- c) O crédito terá acréscimo de R\$ 80,00
- d) O crédito será um lucro de R\$ 80,00
- e) O crédito será um lucro de R\$ 110,00

Solução:

O Regime de Competência estabelece que as Receitas e as Despesas sejam contabilizadas quando da ocorrência do fato gerador, independentemente do recebimento ou do pagamento. Desta forma, o resultado apurado pela empresa será:

- 1) O aluguel de R\$ 180,00, vencido em janeiro/00, fora pago em dezembro/99 – Deverá ser reconhecida a despesa em janeiro/00
- 2) Em dezembro/99 foram recebidos juros de R\$ 150,00, que só venciam em janeiro/00 – Fato gerador janeiro/00
- 3) Os salários de dezembro/99, no valor de R\$ 200,00, só foram pagos em janeiro/00 – São despesas de dezembro/99, apesar do pagamento ser realizado em janeiro/00
- 4) Em dezembro/99, foram prestados serviços no valor de R\$ 310,00 para recebimento apenas no mês seguinte – Fato gerador dezembro/99

Desta forma, os únicos itens que afetam o resultado de Dezembro/99 são os de números 3 e 4, resultando em um lucro de \$ 110,00 (Receita de \$ 310,00 e despesa de \$ 200).

Gabarito - E

07 – (Analista Comércio Exterior/98) - O Chefe pediu ao Contador uma conciliação dos resultados do mês de março para saber se a firma andava com os pagamentos em dia. Na conciliação o Contador apurou que havia:

- juros de fevereiro, pagos em março, no valor de R\$ 1.000,00;
- aluguel de março ainda não pago, no valor de R\$ 2.000,00;
- conta relativa ao consumo de energia elétrica em março, paga no mesmo mês, no valor de R\$ 3.000,00;
- aluguel relativo ao mês de abril, já pago antecipadamente no mês de março, no valor de R\$ 4.000,00;

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

- juros ganhos no mês de março, mas ainda não recebidos, no valor de R\$ 4.000,00;
- receitas recebidas em março, por serviços que só serão realizados no mês de abril, no valor de R\$ 3.000,00;
- juros relativos ao mês de março, recebidos no próprio mês, no valor de R\$ 2.000,00; e
- comissões ganhas em fevereiro mas recebidas apenas no mês de março, no valor de R\$ 1.000,00.

O Contador fez o trabalho e informou ao Chefe que, de acordo com o Princípio Contábil da Competência, o resultado apurado no mês de março foi:

- a) um prejuízo de R\$ 2.000,00
- b) um prejuízo de R\$ 1.000,00
- c) um resultado nulo ou igual a zero
- d) um lucro de R\$ 1.000,00
- e) um lucro de R\$ 2.000,00

Solução: Repare que a questão quer saber o resultado de março. Portanto devemos considerar as receitas e as despesas ocorridas neste mês, independentemente do recebimento ou pagamento.

- 1) juros de fevereiro, pagos em março, no valor de R\$ 1.000,00 – Despesa de Fevereiro;
- 2) aluguel de março ainda não pago, no valor de R\$ 2.000,00 – Despesa de Março;
- 3) conta relativa ao consumo de energia elétrica em março, paga no mesmo mês, no valor de R\$ 3.000,00 – Despesa de Março;
- 4) aluguel relativo ao mês de abril, já pago antecipadamente no mês de março, no valor de R\$ 4.000,00 – Despesa de Abril;
- 5) juros ganhos no mês de março, mas ainda não recebidos, no valor de R\$ 4.000,00 – Receita de Março;
- 6) receitas recebidas em março, por serviços que só serão realizados no mês de abril, no valor de R\$ 3.000,00 – Receita de Abril;
- 7) juros relativos ao mês de março, recebidos no próprio mês, no valor de R\$ 2.000,00 – Receita de Março; e
- 8) comissões ganhas em fevereiro mas recebidas apenas no mês de março, no valor de R\$ 1.000,00 – Receita de Fevereiro.

Assim, relativamente a Março, os únicos fatos que afetam o resultado deste mês são os de números 2,3,5 e 7.

- 1) Despesa de \$ 2.000,00 (item 2)
 - 2) Despesa de \$ 3.000,00 (item 3)
 - 3) Receita de \$ 4.000,00 (item 5)
 - 4) Receita de \$ 2.000,00 (item 7)
- Lucro de \$ 1.000,00

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Gabarito – D

08- (GEFAZ MG/ESAF 2005) A Padaria Pilão Ltda. - ME utiliza um sistema de controle de seus negócios bastante simplificado: as receitas correspondem aos ingressos ocorridos em seu caixa e as despesas correspondem às saídas de caixa, como salários pagos, pagamento de contas de água, luz, aluguel, impostos e compras efetuadas, quase sempre, a vista ou a prazos curtíssimos.

A implantação de um sistema tão simples de controle em uma indústria de médio porte não poderia ser aceita por não atender ao Princípio Contábil

- a) da Competência de Exercícios.
- b) do Custo como Base de Valor.
- c) da Continuidade.
- d) do Conservadorismo.
- e) da Prudência.

Comentário: Uma questão recente, porém bastante simples. A empresa adotou o regime de caixa, uma vez que reconhece as despesas quando do pagamento e as receitas quando do recebimento, não atendendo, portanto, ao Princípio da Competência dos Exercícios.

Gabarito – A

1.2.1.9.O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Comentário: Depois do Princípio da Competência, o Princípio da Prudência é o mais solicitado em concurso. Simplificando os conceitos, podemos definir este princípio da seguinte forma:

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

“Sempre que houver mais de uma possibilidade de avaliação do ativo e/ou do passivo (por exemplo, o custo de aquisição ou o valor de mercado), a contabilidade deverá refletir aquele que leve ao menor valor para o Ativo e maior valor para o Passivo, sempre reduzindo o valor do Patrimônio Líquido”.

A forma de aplicação deste princípio se dá, basicamente, através da constituição das provisões, que após as definições a seguir serão detalhadas.

A aplicação do Princípio da Prudência - de forma a obter-se o menor Patrimônio Líquido, dentre aqueles possíveis diante de procedimentos alternativos de avaliação - está restrita às variações patrimoniais posteriores às transações originais com o mundo exterior, uma vez que estas deverão decorrer de consenso com os agentes econômicos externos ou da imposição destes (Princípio do Valor Original).

Esta é a razão pela qual a aplicação do Princípio da Prudência ocorrerá concomitantemente com a do Princípio da Competência, conforme assinalado no § 2º, quando resultará, sempre, variação patrimonial quantitativa negativa, isto é, redutora do Patrimônio Líquido.

A Prudência deve ser observada quando, existindo um ativo ou um passivo já escriturados por determinados valores, segundo os Princípios do Registro pelo Valor Original e da Atualização Monetária, surge dúvida sobre a correção deles. Havendo formas alternativas de se calcularem os novos valores, deve-se optar sempre pelo que for menor do que o inicial, no caso de ativos, e maior, no caso de componentes patrimoniais integrantes do passivo. Naturalmente, é necessário que as alternativas mencionadas configurem, pelo menos à primeira vista, hipóteses igualmente razoáveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do Princípio da Prudência, pois sua constituição determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o mundo exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não-recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.

Cabe observar que o atributo da incerteza, à vista no exemplo referido no parágrafo anterior, está presente, com grande frequência, nas situações concretas que demandam a observância do Princípio da Prudência. Em procedimentos institucionalizados, por exemplo, em relação aos "métodos" de avaliação de estoques, o Princípio da Prudência, raramente, encontra aplicação. No reconhecimento de exigibilidades, o Princípio da Prudência envolve sempre o elemento incerteza em algum grau, pois, havendo certeza, cabe, simplesmente, o reconhecimento delas, segundo o Princípio da Oportunidade. Para melhor entendimento da aplicação do Princípio da Prudência cumpre lembrar que:

“Os custos ativados devem ser considerados como despesa no período em que ficar caracterizada a impossibilidade de eles contribuírem para a realização dos objetivos operacionais da Entidade”

1.2.1.9.1. PROVISÕES

As **PROVISÕES** são valores que afetam negativamente o Patrimônio Líquido. As **PROVISÕES** são constituídas em obediência a dois princípios contábeis. O primeiro é o da **COMPETÊNCIA DOS EXERCÍCIOS**, pelo qual muitas vezes temos que apropriar a Resultado do Exercício valores incorridos, quantificados por estimativa e de exigibilidade futura. Como exemplo, podemos citar: - Provisão para Férias dos Empregados; - Provisão para 13º salário.

O segundo princípio é o **PRUDÊNCIA**, o qual, conforme vimos, recomenda que sempre seja adotada uma atitude cautelosa em relação à avaliação dos elementos do patrimônio e do crédito. Acima tratamos das **PROVISÕES** do **PASSIVO**, mas esse grupo de contas também aparece no **ATIVO**, embora, por natureza, seu saldo seja sempre **CREDOR**. É que as **PROVISÕES** do **ATIVO** aparecem **RETIFICANDO** ou, em outras palavras, reduzindo a expressão monetária de bens e direitos. E por que isso ocorre? Igualmente em decorrência da aplicação dos princípios da **PRUDÊNCIA** e da **COMPETÊNCIA DOS EXERCÍCIOS**. Este último, no caso das provisões do ativo, pode ser enunciado da seguinte forma: as perdas de valor dos elementos do ativo, mesmo que potenciais, devem ser atribuídas ao resultado do exercício social em que se configurarem, independentemente da realização financeira do elemento patrimonial do ativo ao qual se encontram relacionadas.

Da aplicação desses princípios surgem **PROVISÕES** que têm grande relevância contábil, quais sejam:

- Provisão para Devedores Duvidosos - tem por função contábil reconhecer por estimativa, as **PERDAS POTENCIAIS FUTURAS** decorrentes do não recebimento de créditos por vendas a prazo.
- Provisões para Ajuste de Estoque ao Valor de Mercado e Redução de Ativos ao Valor de Mercado - decorre da aplicação da regra: **CUSTO** ou **MERCADO DOS DOIS O MENOR** que é corolário dos princípios da competência dos exercícios e do conservadorismo. Visa avaliar os ativos por seu valor líquido de realização mediante venda no mercado
- Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimentos - novamente aqui vemos uma característica muito peculiar das Provisões do Ativo: o reconhecimento contábil, por estimativa, de uma perda potencial futura.

Vejamos dois exemplos de constituição de provisões: uma do Ativo e outra do Passivo.

1.2.1.9.1.1. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

É a mais comum das provisões do ativo e tem especial importância para as empresas comerciais nas quais as vendas a prazo representam parcela significativa de seu faturamento. Sabe-se, por experiência de mercado, que normalmente uma parte das vendas a prazo acaba não sendo recebida por inadimplência dos clientes. Com base nisso e considerando os pressupostos teóricos assentados nos princípios da

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

competência dos exercícios e da prudência é que a ciência contábil admite a constituição dessa provisão.

Contabilmente, a provisão para devedores duvidosos deve ser constituída com base em procedimentos que, efetivamente, reflitam as perdas esperadas. Para tal, é importante que sejam considerados os fatores de risco conhecidos, para que se possa estimar, criteriosamente, a expectativa de perdas com contas a receber.

Exemplo: No encerramento de seu Exercício Social (31.12.x1) a empresa ALFA era titular de \$ 5.000.000,00 em duplicatas a receber. A empresa irá constituir a Provisão para Devedores Duvidosos, com base no percentual médio de perdas ocorridas nos três últimos exercícios, em relação ao saldo da conta Clientes na data do balanço de encerramento. Este percentual é de 3%.

Portanto, o valor da PROVISÃO será de 3% x \$ 5.000.000,00 = \$ 150.000,00. E o lançamento contábil referente a sua constituição será:

-----31.12.x1-----

Despesa Com Devedores Duvidosos	
a Provisão Ara Devedores Duvidosos	\$ 150.000,00

Durante o exercício de 19x2, iremos lançando a débito da Provisão constituída, os créditos cujos procedimentos de cobrança já foram esgotados, até o limite do saldo da Provisão. Suponhamos que em 19x2 nossa empresa tenha considerado incobráveis, créditos no total de \$ 90.000,00.

Para simplificar iremos baixá-los através de um só lançamento:

-----19x2-----

Provisão Para Devedores Duvidosos	
a Clientes	\$ 90.000,00

Assim, em 31-12-x2, a conta de PROVISÃO apresentará o saldo de \$ 60.000,00, o qual deverá ser transferido a Resultado do Exercício.

----- 31.12.x2-----

Provisão Para Devedores Duvidosos	
a Receita da Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos	\$ 60.000,00

Outra opção, igualmente correta, seria apenas complementar o saldo da conta até o limite necessário à constituição da nova provisão a ser utilizada no exercício financeiro de 19x3.

Exemplo: Caso a provisão necessária para cobrir perdas com devedores duvidosos em 19x3 seja de \$ 130.000,00, bastará que a empresa faça o seguinte lançamento complementar.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

-----31.12.x2-----

**Despesas Com Devedores Duvidosos
a Provisão Para Devedores Duvidosos \$ 70.000,00**

Caso o valor das perdas com devedores incobráveis supere o saldo da conta de PROVISÕES, o excedente será lançado diretamente a Resultado do Exercício, tendo como contrapartida à necessária baixa do crédito a receber constante da conta Clientes.

Suponhamos agora que em nosso exemplo o montante das perdas no ano 19x2 tenha sido de \$ 180.000,00. Nesse caso, deveremos fazer os seguintes lançamentos em 31.12.x2:

Até o montante do saldo da provisão:

**Provisão Para Devedores Duvidosos
a Clientes \$ 150.000,00**

Em relação ao valor excedente:

**Perdas no Recebimento de Créditos
a Clientes \$ 30.000,00**

Questões de prova:

01 - (AFTE - RN - 2004/2005) - A firma Linhas de Comércio Ltda. tem no livro razão uma conta intitulada “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” com saldo credor de R\$ 9.000,00, oriundo do balanço patrimonial de 2002, mas que permanece inalterado ao final do exercício de 2003. No balanço patrimonial, que será elaborado com data de 31.12.03, a empresa deverá demonstrar as contas “Duplicatas a Receber” e “Clientes”, com saldo devedor de R\$ 350 mil e R\$ 200 mil, respectivamente. Considerando-se que está comprovada a expectativa de perda provável de 3% dos créditos a receber, a empresa deverá contabilizar uma provisão. Este fato, aliado às outras informações constantes do enunciado, fará com que o lucro da empresa, referente ao exercício de 2003, seja reduzido no valor de:

- a) R\$ 7.500,00.
- b) R\$ 9.000,00.
- c) R\$ 16.290,00.
- d) R\$ 16.500,00.
- e) R\$ 25.500,00.

A empresa tem créditos a receber que totalizam R\$ 550.000,00. Prevendo perdas futuras precisa de uma provisão para atender a uma expectativa de perda de 3% destes créditos. Portanto necessita de uma provisão de R\$ 16.500,00 (3% x R\$ 550.000,00). Como possui

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

uma provisão não utilizada de R\$ 9.000,00, basta constituir uma provisão adicional de R\$ 7.500,00.

Gabarito – A

02 - (Analista Judiciário TRF CE) - A provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do Princípio da:

- a) Prudência.
- b) Oportunidade
- c) Atualização Monetária.
- d) Competência.
- e) Independência dos exercícios.

Questão literal abordada na introdução teórica do Princípio da Prudência.

Gabarito – A

03- (AFC 2002) A empresa Comércio e Indústria LSM promoveu o estudo comparativo de três de seus produtos no mercado específico, compilando os seguintes dados:

- item alfa: saldo contábil R\$ 300.000,00, quantidade 12.000, preço de mercado R\$ 24,00;
- item beta: saldo contábil R\$ 25.000,00, quantidade 1.000, preço de mercado R\$ 26,00;
- item celta: saldo contábil R\$ 153.000,00, quantidade 5.100, preço de mercado R\$ 31,00.

Diante da conclusão desse estudo e para atender aos princípios fundamentais de contabilidade, a empresa deverá, para fins de balanço,

- a) fazer provisão de R\$ 12.000,00, com base na variação negativa entre custo e mercado.
- b) fazer provisão de R\$ 10.860,00, com base na diferença média de variação entre custo e mercado.
- c) fazer provisão de R\$ 6.100,00, com base na variação positiva entre custo e mercado.
- d) fazer provisão de R\$ 5.900,00, com base na diferença de variação entre custo e mercado.
- e) deixar de fazer provisão, pois o preço médio de mercado é maior que o de custo.

Solução:

Produto	Quantidade	Valor Aquisição – R\$	Valor Total – R\$	Valor de Mercado Unitário – R\$	Valor Total Mercado – R\$	Diferença – R\$
Alfa	12.000	25,00	300.000,00	24,00	288.000,00	(12.000,00)

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

Beta	1.000	25,00	25.000,00	26,00	26.000,00	1.000,00
Celta	5.100	30,00	153.000,00	31,00	158.100,00	5.100,00

De acordo com o Princípio da Prudência, entre critérios possíveis de avaliação de ativos, deve-se escolher aquele que leve ao menor valor. Critérios possíveis neste exemplo são: valor de aquisição e valor de mercado. O item Alfa tem valor de mercado inferior ao de aquisição, enquanto os outros dois têm valores de mercado superiores ao de aquisição. Não se pode compensar aumentos ocorridos em determinados ativos com reduções de outros ativos. Senão não estaríamos aplicando o Princípio da Prudência. Assim, é devida a constituição de uma Provisão para Ajuste a Valor de Mercado no valor de R\$ 12.000,00.

Gabarito – A

04- (AFRF 2003/ESAF) - Quando o Contador registra, no fim do exercício, uma variação cambial para atualizar a dívida em moeda estrangeira; quando faz provisão para crédito de liquidação duvidosa; ou quando faz um lançamento de ajuste do estoque ao preço de mercado está apenas:

- a) cumprindo a sua obrigação profissional.
- b) executando o regime contábil de competência.
- c) cumprindo o princípio fundamental da prudência.
- d) satisfazendo o princípio fundamental da entidade.
- e) seguindo a convenção do conservadorismo.

Uma questão polêmica. O gabarito indicou a aplicação do Princípio da Prudência, porém não seria erro a indicação do Princípio da Competência em função da atualização da dívida em moeda estrangeira, que é típica aplicação do Regime de Competência.

Gabarito – C

05- (AFRF 98/ESAF) - A empresa Cravos e Rosas S/A, ao encerrar o exercício social em 31.12.19x7, tinha estoques de bens de vendas de 100 mil unidades, ao custo unitário de R\$ 1,00 (um real) e duplicatas emitidas em vendas a prazo, no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). - a empresa tem experiência válida e comprovada, nos últimos três exercícios, de que 2% de seus créditos costumam se tornar ilíquidos; - o preço de mercado de suas mercadorias foram cotados a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) a unidade, no dia do balanço; - as duplicatas a receber ainda não estão vencidas. Ao aplicar integralmente o princípio contábil da prudência, referida empresa apresentará, em balanço, esse Ativo Circulante (estoques e créditos) pelo valor contábil de

- a) R\$ 294.900,00
- b) R\$ 298.900,00
- c) R\$ 297.100,00
- d) R\$ 296.000,00
- e) R\$ 300.000,00

Esta questão abrange as explicações das questões 1 e 3 acima, que versam sobre Provisão para Devedores Duvidosos e Provisão para Ajuste de Ativo a Valor de Mercado. Os

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

estoque têm valor de mercado superior ao de aquisição, portanto nenhuma provisão deve ser constituída. Já as Duplicatas a Receber totalizam R\$ 200.000,00 com uma previsão de perdas na ordem de 2%. Assim, necessário constituir uma Provisão para Devedores Duvidosos de R\$ 4.000,00 (2% x R\$ 200.000,00).

Como a questão solicita o valor do Ativo Circulante, teremos R\$ 200.000 das Duplicatas a Receber, menos R\$ 4.000,00 da Provisão para Devedores Duvidosos mais R\$ 100.000,00 dos estoques, totalizando R\$ 296.000,00.

Gabarito - D

06 – (TRF/2000) -Em 31.12.1999 a firma Dubitatia Ltda. fez a estimativa de que, provavelmente, perderia no ano seguinte R\$ 670,00 no recebimento das duplicatas de sua emissão. Nessa mesma data havia saldo anterior de R\$ 320,00 na conta Provisão para Devedores Duvidosos.

Considerando válida a expectativa de perda e corretos os cálculos efetuados, essa empresa deverá, para adequar seu balanço aos princípios contábeis fundamentais, mandar fazer o seguinte lançamento:

- | | |
|----------------------------------------------------------------|--------|
| a) Devedores Duvidosos
a Provisão para Devedores Duvidosos | 350,00 |
| b) Provisão para Devedores Duvidosos
a Duplicatas a Receber | 320,00 |
| c) Devedores Duvidosos
a Provisão para Devedores Duvidosos | 670,00 |
| d) Devedores Duvidosos
a Duplicatas a Receber | 670,00 |
| e) Devedores Duvidosos
a Provisão para Devedores Duvidosos | 990,00 |

A empresa já possuía previsão de perdas na ordem de \$ 320,00. Como a previsão para o período subsequente é de \$ 670,00, basta que a provisão seja complementada em \$ 350,00, conforme havíamos comentado no item 1.2.1.9.1.1.

Gabarito – A

07- (GEFAZ MG/ESAF 2005) Cumprir ou observar o Princípio Fundamental de Contabilidade da Prudência significa, dentro de alternativas possíveis e válidas,

- a) demonstrar o menor ativo e o maior passivo.
- b) demonstrar o maior ativo e o menor passivo.
- c) demonstrar sempre o patrimônio líquido real.

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

- d) obter o menor lucro possível.
- e) obter o maior lucro possível.

Comentário: Mais uma questão recente, de aplicação direta. O Princípio da Prudência estabelece, entre critérios possíveis de avaliação do Ativo, a escolha do menor valor, e do Passivo, do maior valor. Portanto a letra “a” é resposta. O único problema desta questão foi a letra “e”. Ao aplicar o Princípio da Prudência, acabamos obtendo um Lucro Líquido menor, porém esta é uma consequência e não o seu objetivo (significado).

Gabarito – A

08- (GEFAZ MG/ESAF 2005) Assinale a opção que completa a frase corretamente. Ao contabilizar a constituição de uma provisão, o setor de Contabilidade da empresa deverá

- a) debitar a conta de provisão, qualquer que seja o seu motivo ou finalidade.
- b) creditar a conta de provisão, qualquer que seja o seu motivo ou finalidade.
- c) debitar a conta de provisão, se a sua constituição representar uma dívida ou obrigação de pagar.
- d) creditar a conta de provisão, somente se a sua constituição representar uma redução de ativo.
- e) debitar a conta de provisão, se a sua constituição representar uma despesa.

Comentário: Sempre que constituímos uma Provisão, seja ela do Ativo ou do Passivo, devemos efetuar um lançamento a Débito de Despesa e a Crédito da Provisão. As Provisões têm sempre natureza credora. As de Passivo aumentam o valor do grupo Passivo, enquanto as de Ativo são retificadoras, diminuindo, portanto, o valor do grupo Ativo.

Gabarito – B

09- (GEFAZ MG/ESAF 2005) A empresa ABC Ltda. apura os resultados anualmente em 31 de dezembro. Em 27/03/x5, verifica que um cliente seu, com dívida vencida de R\$ 10.000,00, tornou-se inadimplente contumaz e que a dívida já pode ser considerada incobrável. Não tendo sido constituída a “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”, em 31/12/x4, podemos dizer que o lançamento adequado no dia 27/3/x5 será:

- a) Créditos de Liquidação Duvidosa
a Clientes R\$ 10.000,00
- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
a Clientes R\$ 10.000,00
- c) Clientes
a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ 10.000,00
- d) Apuração do Resultado do Exercício
a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ 10.000,00
- e) Créditos de Liquidação Duvidosa

**CURSOS ON-LINE – CONTABILIDADE GERAL EM EXERCÍCIOS
PROF. ANTÔNIO CÉSAR**

a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ 10.000,00

Comentário: Sempre que temos um Ativo (no caso Clientes) em que não exista previsão de realizá-lo, ou seja, transformá-lo em dinheiro, deve-se dar baixa em seu valor. Não tem sentido manter este valor no Patrimônio, sem que exista a previsão de seu recebimento. Seria um “Ativo Falso”. Logo, para dar baixa em seu valor, devemos efetuar um lançamento a Crédito, ou seja, creditar a conta Clientes.

Como o Cliente nos deu um “Calote”, tomamos um prejuízo. Se já tivermos feito uma Provisão para cobrir esta perda (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), basta baixarmos seu valor, através de um lançamento a Débito de sua conta. Isto ocorre porque já tínhamos antecipado esta perda no exercício anterior. Não é o caso desta questão. Veja que foi dito que a Provisão não tinha sido constituída. Logo, se não antecipamos o “calote”, devemos reconhecer o “prejuízo” agora, através de uma conta de despesa. Na questão, foi utilizada como despesa a conta “Créditos de Liquidação Duvidosa”.

Gabarito - A